

RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.828 - RS (2014/0085706-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : MIGUEL BANDEIRA DE PINHO
ADVOGADO : IMILIA DE SOUZA E OUTRO(S) - RS036024
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MIGUEL BANDEIRA DE PINHO, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 431):

PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DIVERGÊNCIA ENTRE PROVAS DOS AUTOS E REGISTRO NO CNIS. PREVALÊNCIA DAQUELAS. CÁLCULO DA RMI. RECONHECIMENTO DO DIREITO ADQUIRIDO AO BENEFÍCIO COM BASE NAS REGRAS VIGENTES ANTES DO ADVENTO DA EC 20/98. ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS-DE- CONTRIBUIÇÃO.

1. O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período divergente. (art. 29-A, § 2º, da Lei nº 8.213/91).

2. Comprovados outros valores referentes aos salários-de-contribuição do PBC, é devida sua consideração no cálculo de liquidação do benefício.

3. O reconhecimento do direito adquirido à aposentadoria em 16/12/98 (data da publicação da EC 20/98) significa afirmar que na referida data o segurado deveria ou poderia estar aposentado. Assim, deve ser apurado o valor do benefício que era devido em 16/12/98, com atualização dos salários-de-contribuição até então, reajustando-se a RMI obtida até a DER, como se um benefício em manutenção fosse.

A situação daquele que, a despeito de ter apresentado requerimento em data posterior, tem reconhecido o direito adquirido à aposentadoria nas bases vigentes em 15/12/98, não pode ser diferente da situação daquele que exerceu de fato seu direito na ocasião e se aposentou em 15/12/98. Não se cogita, pois, de atualização dos salários-de-contribuição até a DER.

Rejeitados os aclaratórios (e-STJ fls. 451/453).

Nas suas razões, o recorrente aponta dissídio jurisprudencial, sustentando que "a forma de cálculo esculpida pelo art. 187 do Decreto 3.048/99, além de ilógica, é prejudicial ao recorrente, pois afronta a legislação aplicável que os salários de contribuição devem ser atualizados até a data do início do benefício (DIB)" (e-STJ fl. 465).

Aduz que a norma incidente no seu caso seria o art. 31 do Decreto 2.172/1997, a qual determinava a correção monetária mês a mês dos salários de contribuição até o início do benefício, e não somente até dezembro de 2016, tal como definido pelo acórdão.

Alega, outrossim, que o Tribunal de origem, ao afastar o termo

inicial do benefício desde o requerimento administrativo com base no art. 35, § 2º, c/c os arts. 187 e 188 do Decreto 3.048/1999, demonstra que essas normas extrapolam o seu poder regulamentar, na medida em que divergem do disposto no art. 54 da Lei 8.213/1991.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 492). Juízo positivo de admissibilidade à e-STJ fl. 498.

Passo a decidir.

De início, registro que o Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feito esse esclarecimento, verifico que, no tocante à insurgência quanto à correção monetária dos salários de contribuição, tenho que o recurso não merece ser conhecido, na medida em que deixou de indicar dispositivo de lei federal apto à abertura do apelo nobre.

Como é cediço, mostra-se "inviável o conhecimento do recurso especial, uma vez que este não se presta ao exame de suposta afronta a decreto regulamentar ou, outrossim, de dissídio jurisprudencial a seu respeito" (AgInt nos EDcl no REsp 1.772.135/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 09/03/2020, DJe 12/03/2020).

No que diz com o segundo pedido, a fim de ser fixado como termo inicial do benefício o requerimento administrativo, verifica-se que o acórdão decidiu a lide com base em fundamento constitucional, como se lê do seguinte excerto (e-STJ fl. 452):

Com efeito, os segurados que se aposentaram até dezembro/1998, e estão recebendo o benefício desde aquela data, estão nas mesmas condições que os beneficiários que o obtiveram em data posterior, com base em direito adquirido retroativo a dezembro/1998, pois o direito ao benefício é o mesmo, incluindo sua forma de cálculo que impõe a correção dos salários-de-contribuição apenas até a data em que o direito é reconhecido. O simples fato de a data de início de pagamento ser posterior não atinge o conteúdo do direito. Assim, o princípio da igualdade resta devidamente preservado.

Por fim, tenho que a decisão recorrida não ofendeu o disposto nos artigos 3º da EC nº 20/98, 5º, XXXVI, 202 (em sua redação vigente em 16/12/98), 201, § 3º, da CF/88 e 31 do Decreto nº 2.172/97.

Dessa forma, verifica-se que a conclusão do acórdão *a quo* a respeito do direito vindicado apoia-se em fundamentação eminentemente constitucional. Nesse contexto, a revisão do julgado não é da competência deste Tribunal Superior, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Ilustrativamente, cito:

PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. APLICAÇÃO DOS TETOS DAS EC 20/1998 E 41/2003. DECADÊNCIA. ART. 103, *CAPUT*, DA LEI 8.213/1991. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Trata-se de Recurso Especial questionando a aplicação dos tetos previstos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 a benefícios concedidos anteriormente à vigência de tais normas.

2. O escopo do prazo decadencial da Lei 8.213/1991 é o ato de concessão do benefício previdenciário, que pode resultar em deferimento ou indeferimento da prestação previdenciária almejada, consoante se denota dos termos iniciais de contagem do prazo constantes no art. 103, *caput*, da Lei 8.213/1991.

3. Por ato de concessão deve-se entender toda manifestação exarada pela autarquia previdenciária sobre o pedido administrativo de benefício previdenciário e as circunstâncias fático-jurídicas envolvidas no ato, como as relativas aos requisitos e aos critérios de cálculo do benefício, do que pode resultar o deferimento ou indeferimento do pleito.

4. A pretensão veiculada na presente ação consiste na revisão das prestações mensais pagas após a concessão do benefício para fazer incidir os novos tetos dos salários de benefício, e não do ato administrativo que analisou o pedido da prestação previdenciária.

5. Por conseguinte, não incide a decadência prevista no art. 103, *caput*, da Lei 8.213/1991 nas pretensões de aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 a benefícios previdenciários concedidos antes dos citados marcos legais, pois consubstanciam mera revisão das prestações mensais supervenientes ao ato de concessão.

6. Da leitura do voto condutor do acórdão recorrido, vê-se que a solução da controvérsia, no sentido de conceder a revisão do benefício previdenciário da parte autora, observando os valores dos tetos estabelecidos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, foi dirimida pelo Tribunal de origem sob enfoque exclusivamente constitucional, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência no sentido de que "não cabe a esta Corte, em recurso especial, o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Carta Magna" (STJ, AgRg no AREsp 470.765/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 31/03/2014).

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1656894/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 20/06/2017) (Grifos acrescidos).

Por fim, não haverá majoração de honorários recursais, por se tratar de pleito deduzido na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator